



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001768-87.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Exibição - Medida Cautelar**
 Requerente: **Fabiana Barbério da Silva e outros**
 Requerido: **Hospital Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

FABIANA BARBÉRIO DA SILVA, SABRINA BARBÉRIO DA SILVA, REPRES.P/TERCEIRO(A), RENATA BARBÉRIO DA SILVA, REPRES.P/TERCEIRO(A), qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Exibição em face de Hospital Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, também qualificada, alegando no dia 23 de novembro de 2012, a genitora das Requerentes, Sra. *Antonieta Aparecida Barberio da Silva*, sofreu grave acidente automobilístico que determinou sua internação nas dependências da ré, vindo a falecer em 04 de dezembro de 2012 por razões que não foram suficientemente esclarecidas, e porque a ré, quando solicitados todos os relatórios, prontuários médicos com as devidas anotações e outros documentos relacionados com o tratamento da paciente desde sua internação, ocorrida em 23 de novembro de 2012, até a data do seu óbito, limitou-se a responder que nos termos do art. 5º. da Resolução nº. 1.605 de 15 de setembro de 2000, do Conselho Federal de Medicina, somente com expressa autorização do paciente, ou seja, da própria falecida, poderia atender o pleito, reclamam, a partir da propositura da presente ação, a exibição dos referidos documentos.

A ré constou o pedido alegando falta de interesse processual na medida em que a documentação solicitada deveria ser conseguida na ação permanente a ser proposta, através de uma simples requisição do Juízo ao Hospital, ou poderiam simplesmente ter solicitado a documentação pretendida diretamente à Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, destacando que o não atendimento ao pedido antes formulado deveu-se ao fato de que a solicitação anexada aos autos pela procuradora dos requerentes, bem como a procuração outrora apresentada a esse nosocômio, não tinham assinaturas das autoras nem tampouco da procuradora que subscreve os presentes autos, sem embargo do que apresenta nesta ocasião cópia da documentação requisitada, restando assim cumprida a determinação, reclamando a dispensa da obrigação de arcar com honorários advocatícios.

Os autores replicaram argumentando ter havido efetiva recusa da ré, de modo a rejeitar-se a preliminar, julgando procedente a ação.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à ré, não é possível, a partir da prova documental juntada, concluir que o requerimento que os autores apresentaram no hospital tenha sido aquele acostado às fls. 28/29, pois é de se presumir que o documento original esteja em poder da ré, a quem apresentado.

A ré, de sua parte, juntou 393 documentos com a resposta, dentre os quais este



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Juízo não localizou a via original do documento de fls. 28/29, de modo que não há como se acolher a tese de que as partes não assinaram o pedido de exibição administrativo.

No que diz respeito a que o pedido fosse formulado em ação principal, cumpre considerar que a propositura dessa ação principal dependeria da análise dos documentos cuja exibição aqui se postula.

É, aliás, da natureza da medida preparatória de exibição de documentos o *possibilitar* essa análise, ainda antes de se decidir pela propositura da ação principal, e bem por isso nossos tribunais firmaram entendimento no sentido de que a ação cautelar de exibição de documentos *tem natureza satisfativa* (cf. RSTJ 133/338 – in THEOTÔNIO NEGRÃO ¹) e por *objetivar a produção de prova para futura utilização, é desnecessária a indicação da lide principal, bem como seu fundamento* (cf. STJ – 4ª T. – AI 508.489-Ag.Rg. – Rel. Min. Jorge Scartezini – in THEOTÔNIO NEGRÃO ²).

Rejeito, portanto, a preliminar.

No mérito, temos que, por se tratar de uma medida cautelar preparatória por excelência, na própria necessidade de estudo da documentação para avaliar a conveniência de propositura de uma ação principal residiria o *fumus boni juris*, enquanto o *periculum in mora* estaria presente no fato de se considerar o risco de que, sem a pronta análise dos documentos, não se verificar o exercício do direito de ação, dado que a prova necessária àquela propositura acham-se em poder do réu, daí a necessidade de se antecipar a prova, no que se confundem as circunstâncias acima já justificadas em relação ao *fumus boni juris*.

Com a exibição dos documentos pela ré, não há pretender-se qualquer discussão acerca de questões outras, as quais somente na ação principal que eventualmente venha a ser proposta poderão ser versadas, bastando aqui a exibição dos documentos em si.

Quanto à sucumbência, não tendo a ré demonstrado que a recusa na fase administrativa deveu-se à alegada falta de assinatura no requerimento, é de rigor impor-se o encargo de pagamento, até porque “na ação cautelar de exibição de documento, cabe a condenação em honorários de advogado (RP 39/316), ‘por se tratar de ação, e não de mero incidente’ (STJ-3ª T. – REsp. 168.280-MG – rel. Min. Menezes Direito – in THEOTÔNIO NEGRÃO)” ³.

Assim, cumprirá à ré arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, DOU POR SATISFEITA a exibição de documentos requeridas por FABIANA BARBÉRIO DA SILVA, SABRINA BARBÉRIO DA SILVA, REPRES.P/TERCEIRO(A), RENATA BARBÉRIO DA SILVA, REPRES.P/TERCEIRO(A) contra Hospital Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Defiro o desentranhamento, pelos autores, dos documentos exibidos, mediante manutenção de cópia autêntica nos autos, à suas expensas.

P. R. I.

São Carlos, 13 de maio de 2014.

¹ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 902, nota 4c ao art. 844.

² THEOTÔNIO NEGRÃO, *ob. e loc. cit.*.

³ THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 38ª ed., 2006, SP, Saraiva, p. 901, nota 4 ao art. 844.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**